



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Encontro Nacional de Quadros Sindicais

Resolução

Continua a ser tempo dos professores que, pela luta, afirmarão a necessidade e exigência de valorização da profissão e da Escola Pública

O 14.º Congresso da FENPROF (maio de 2022) definiu que era tempo de ser tempo dos professores, traçando os objetivos centrais da luta reivindicativa: recomposição da carreira, combate à precariedade, melhoria das condições de trabalho e aposentação como estratégia de rejuvenescimento da profissão. Em síntese, o Congresso entendeu que a valorização da profissão docente seria decisiva para a tornar atrativa e reverter a crescente falta de professores. Outros objetivos foram também considerados importantes, devendo integrar a agenda reivindicativa, tais como: alteração do desumano regime de Mobilidade por Doença; revisão do regime de avaliação de desempenho, com prioridade para a abolição das quotas; combate à municipalização da Educação; defesa de uma gestão democrática das escolas; garantia de uma formação inicial de qualidade; reforço da autoridade profissional dos docentes como pressuposto para a elevação do prestígio social da profissão; respeito pelos direitos sindicais e pelo seu exercício pleno.

Respeitando a vontade da ampla maioria dos docentes e as decisões tomadas no seu 14.º Congresso, em 2022-2023, a FENPROF, através dos seus sindicatos, manteve uma atividade centrada nas escolas e, com os professores e educadores, desenvolveu uma ação muito intensa no plano reivindicativo, com ênfase nas negociações que decorreram e na luta para a qual a generalidade dos docentes se mobilizou.

• Um ano marcado pela disponibilidade negocial da FENPROF, pela luta dos docentes e por reuniões que não foram sinónimo de soluções

Em relação à negociação, a FENPROF propôs ao ME um Protocolo Negocial para a Legislatura (2022-2026), visando a resolução dos principais problemas que afetam as escolas e os seus profissionais, não obtendo, até hoje, a devida abertura da tutela; coube igualmente à FENPROF a iniciativa de apresentar propostas concretas ao Ministério da Educação sobre carreira, concursos, aposentação e condições de trabalho, com enfoque nos horários; relativamente aos processos que foram desenvolvidos, a FENPROF nunca virou as costas à negociação, mesmo em condições que sabia serem difíceis, e apresentou pareceres e contrapropostas devidamente fundamentadas que, se tivessem sido aceites, confeririam outra relevância aos quadros legais aprovados.

No que diz respeito à luta, a FENPROF recusou o caminho simples da marcação de ações com as quais a maioria dos professores não se identificava nem podia levar a cabo, não lhe dando a expressão necessária, ou que decorressem em períodos negociais “mortos”,

provocando inútil desgaste. A luta pela luta não é a orientação da FENPROF, nem o que serve os justos anseios dos professores e educadores.

As ações e lutas decididas tiveram múltiplas facetas e muitos intervenientes. Algumas envolveram os quadros sindicais, mas com grande expressão mediática, como foram os casos do acampamento junto ao ME de 10 a 13 de janeiro e da caravana que percorreu a EN2 de 22 a 30 de maio.

De plenários a greves e grandes manifestações, 2022-2023 foi um ano rico de luta, na qual a FENPROF esteve diretamente implicada, como era seu dever, na consulta aos professores, na tomada de decisão e na concretização. Estes processos decorreram ora em ações próprias, ora em convergência com outras oito organizações sindicais que, independentemente das diferenças, agiram de forma coesa, respeitando-se mutuamente e contribuindo para que, nesse quadro convergente, a ação tivesse sido muito forte.

O início da luta, com visibilidade maior, deu-se em 4 de outubro de 2022, com a realização do Plenário Nacional junto à Assembleia da República, iniciativa promovida pela FENPROF para assinalar o Dia Mundial do Professor. Depois, foram as greves, revelando-se algumas as maiores de sempre, como aconteceu na primeira ronda de greves distritais que decorreu entre 16 de janeiro e 8 de fevereiro. Outras greves foram particularmente participadas: 2 e 17 de novembro de 2022 (a segunda no âmbito da Administração Pública) e, já em 2023, as de 2 e 3 de março, por regiões; nova greve da Administração Pública em 17 de março (que levou à marcação de faltas injustificadas e instauração de processos disciplinares ilegais, cuja situação não se encontra resolvida); a segunda ronda de greves distritais entre 17 de maio e 12 de junho e a greve nacional em 6-6-23, simbólica por a data corresponder ao tempo de serviço que está a ser roubado aos professores desde o período de congelamento das carreiras.

Para além das greves, realizaram-se vigílias, concentrações, tanto junto a escolas como acompanhando greves, muitas vezes juntando desfiles e grandes manifestações, com destaque para a de 11 de fevereiro de 2023, que juntou cerca de 150 000 manifestantes e que fica para a história como a maior de sempre de professores e educadores em Portugal. Para além desta, ainda, houve as manifestações nos dias das greves distritais, das maiores de sempre em cada distrito; a de 4 de março (data que teve de ser decidida à última hora, devido à imposição de serviços mínimos que viriam a ser considerados ilegais para as greves de 2 e 3 de março pelo Tribunal da Relação de Lisboa) e as manifestações realizadas no Porto e em Lisboa em 6-6-23, reforçando a greve que ocorria nesse dia. Outros protestos se realizaram, contribuindo para não deixar a luta esmorecer. Vários deles acompanharam as rondas negociais, sendo, destes, o mais marcante o realizado em 2 de fevereiro. Também a semana de luto e luta nas escolas, assim como os Dias 4D, de Debate Democrático pela Dignificação da Docência, no final de fevereiro, foram momentos importantes da ação que os professores desenvolveram.

• A luta não foi em vão, mas a obstinação do governo e a insuficiência dos resultados exigem que continue

Face a tanta luta desenvolvida, a questão colocada é o que se ganhou. Diga-se que não foi de somenos, ainda que as principais exigências da ação reivindicativa continuem, por opção do ME/governo, sem resposta. Ainda assim, há que recordar as intenções iniciais do ministro da Educação em relação ao regime de concursos, visando quase eliminar os concursos nacionais e remetendo para as direções dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a escolha

de um número significativo de professores, não por via da sua graduação profissional, mas por um suspeito e pouco objetivo perfil de competências. Além disso, houve um número importante de vinculações de docentes. Só não foi maior porque o ME impôs um regime inadequado à realidade do atual corpo docente que poderá resultar na saída de um número significativo de docentes abrangidos pela vinculação dinâmica, já no próximo concurso, o que agravará a falta de professores nas escolas. Em relação à carreira, apesar de pouco ou nada significarem para a maioria dos professores, o governo teve de tomar algumas medidas que, embora não resolvam o problema de fundo e até criem novas assimetrias, não deixam de ser um pequeno benefício para alguns. Houve, finalmente, resposta para o problema de precariedade nas escolas artísticas António Arroio e Soares dos Reis, uma resposta bem merecida face à luta da qual os seus professores nunca desistiram.

Em relação a estas escolas, é de salientar o facto de a FENPROF ter assinado um acordo com o Ministério da Educação sobre a solução encontrada, o que também demonstra a falsidade de acusações que pretendem passar a ideia de que a Federação nunca estaria disponível para assinar acordos. Está disponível, sim, não assina é qualquer acordo, mas apenas aqueles cujo conteúdo respeite os direitos dos trabalhadores que representa e que sirvam os interesses da profissão, da Escola Pública e da Educação de qualidade.

● Um novo ano letivo, a mesma e necessária luta pela valorização da profissão, a recomposição da carreira e soluções para outros problemas; a FENPROF reafirma disponibilidade para Protocolo Negocial

Inicia-se um novo ano letivo. Estando por solucionar os principais problemas que afetam as escolas e os seus profissionais, em 2023-2024, a luta terá de continuar. Se outros motivos não existissem – e eles são muitos –, o que se está a passar com a carreira docente, por si só, justificaria uma luta forte, visando a sua recomposição e valorização.

O diploma legal (DL 74/2023, de 25 de agosto) que o governo aprovou sem o acordo da FENPROF, independentemente de beneficiar alguns docentes de perdas que vão para além dos 2393 dias (6 anos, 6 meses e 23 dias) ainda não recuperados dos 2557 relativos ao último período de congelamento (1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2017), exclui mais docentes do que aqueles que abrange, gera novas assimetrias, não recupera um único dia dos já referidos 2393 e não elimina as vagas, nem as quotas. Hoje, é de tal ordem o nível de perversão que marca a carreira, que deixámos de ter uma carreira dos docentes para termos, na prática, uma carreira por docente. De facto, dois professores com o mesmo tempo de serviço e a mesma avaliação poderão estar em escalões muito distintos, dependendo da escola em que estiveram colocados, da região do país, de um horário obtido em determinado momento, do momento em que obtiveram vaga, de um dia a mais de serviço, ou seja, de razões que são alheias ao seu desempenho. É o resultado de uma estratégia governativa que tem por objetivo limitar o desenvolvimento da carreira, permitindo apenas que cada professor aspire (!) a um dos três últimos escalões da carreira (palavras do ministro), como se nem todos tivessem o direito a chegar ao escalão de topo, depois da eliminação, no passado, de garrotes como o que criou a candidatura ao 8.º escalão, ou o que dividiu a carreira em duas categorias.

A luta para este ano letivo terá de eleger como objetivo central a recomposição da carreira docente e a recuperação dos 2393 dias ainda congelados, que deverá ser um decisivo passo nesse sentido. Para isso, a FENPROF entregou, no Ministério da Educação, uma proposta

fundamentada, em 1 de setembro, p.p., visando a recuperação no quadro da Legislatura. Destaca-se que a recuperação e o conseqüente reposicionamento dos professores não deverão ser prejudicados pela existência de vagas. Assim, exige-se que a dispensa abranja todos e não apenas alguns, o que estará no topo da agenda reivindicativa dos professores.

A recomposição da carreira que garantirá, finalmente, o direito dos docentes a uma carreira digna e valorizada, porém, só se obterá após a contagem integral do tempo de serviço que cumpriram, da revogação das vagas para progressão a alguns escalões e da eliminação das quotas que provocam graves injustiças na avaliação. Só estas medidas permitirão eliminar a desigualdade existente entre os docentes do continente e os das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Os outros objetivos prioritários para os docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário públicos são os que se enunciam no início desta Resolução: eliminar definitivamente a precariedade e todo o tipo de discriminação que afeta quem se encontra contratado a termo; regularizar os horários e melhorar as condições de trabalho em geral, incluindo a diminuição do número de alunos por turma; criar um regime específico de aposentação dos docentes aos 36 anos de serviço, de imediato e transitoriamente aos 40, sem penalizações; criar um regime de Mobilidade por Doença que proteja quem necessita e assegurar a aplicação, nas escolas, da legislação sobre Segurança e Saúde no Trabalho; reverter a municipalização; democratizar a gestão das escolas e acabar com os mega-agrupamentos; garantir uma formação de docentes de qualidade em todas as suas modalidades (inicial, contínua e especializada); criar novos grupos de recrutamento, de acordo com o que tem vindo a ser reivindicado; reforçar a autoridade dos docentes, criando condições para combater a indisciplina, evitar a violência e elevar o prestígio social da profissão; exercer plenamente os direitos sindicais, desde o direito de reunião ao direito à greve que o governo tem atacado com manifesta falta de sentido democrático.

É, ainda, necessária a atualização dos salários para recuperar as perdas acumuladas por força da inflação, fundamental, também, para resolver o problema da falta de professores em algumas regiões.

Tendo a atual legislatura, em condições normais, ainda três anos a que corresponderão três orçamentos do Estado pela frente, a FENPROF reitera a sua disponibilidade para celebrar com a tutela um Protocolo Negocial que vise sinalizar os principais problemas, definir prioridades e resolvê-los por via negocial, até 2026.

● Ações e lutas para o 1.º período letivo, dependendo a concretização de algumas da disponibilidade negocial do ME e da proposta de Lei do OE para 2024

A manter-se a atitude negocial dos responsáveis do Ministério da Educação, marcada, não pela ausência de reuniões, mas de soluções adequadas à indispensável valorização da profissão docente e da Escola Pública – para estas contribuirá, decisivamente, um Orçamento do Estado que atribua verbas à Educação no valor de 6% do PIB, acompanhando o que diferentes instâncias internacionais recomendam –, a luta dos professores e educadores irá continuar a ser necessária. A FENPROF empenhar-se-á na organização e mobilização, tanto em ações convergentes com outras organizações sindicais de docentes, como com organizações representativas de outros trabalhadores, no âmbito da FCSAP e da CGTP.

Para o 1.º período letivo e até à apresentação, pelo governo, da proposta de Orçamento do Estado para 2024, as ações e lutas a concretizar são as seguintes:

- Entre 11 e 15 de setembro, colocação de faixas nas escolas e de outros elementos de divulgação no país (*outdoors* a partir de 2 de outubro e durante todo o 1.º período) exigindo a valorização da profissão docente e da Escola Pública, bem como assumindo o compromisso de luta por aquele objetivo;

- Esclarecimento, debate e mobilização nas escolas e agrupamentos;

- No âmbito da Semana Europeia dos Professores:

- Realização da 5.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação, em 30 de setembro (sábado);
- Conferência de imprensa, em 2 de outubro (segunda-feira), para apresentação da campanha pública, através de *outdoors*, em defesa da profissão e da Escola Pública;
- Plenário Nacional junto à residência oficial do PM em 3 de outubro (terça-feira);
- Aprovação de tomadas de posição pelos professores nas escolas e concentrações locais, em especial a 4 de outubro (quarta-feira);
- Conferência internacional (*online*) sobre a profissão docente, assinalando o Dia Mundial do Professor a 5 de outubro (quinta-feira);
- Também em 5 de outubro, inauguração, no Funchal, da estátua de homenagem ao Professor;
- Divulgação, ainda em 5 de outubro, do resultado do Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues 2023, aberto a professores;
- Greve Nacional dos Professores e Educadores em 6 de outubro (sexta-feira)

- Após ser conhecida a proposta de Lei do OE para 2024, caso não corresponda a um financiamento da Educação capaz de dar resposta aos problemas das escolas e dos seus profissionais:

- Realização de reuniões e plenários em todo o país para debate, consulta e tomada de posição dos docentes sobre as formas de luta a desenvolver;
- Realização de concentração nacional na data em que o ministro da Educação se deslocar à Assembleia da República para defender o orçamento para a Educação.

A FENPROF participará, ainda, em outras ações mais gerais, designadamente convocadas no âmbito da Administração Pública e da CGTP, que visem valorizar o trabalho, os trabalhadores e os serviços públicos, a primeira das quais já em 16 de setembro, em defesa do SNS, uma conquista de Abril em cuja urgente defesa os professores e educadores não podem deixar de se empenhar.

Lisboa, 6 de setembro de 2023

O Plenário Nacional